

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS: PERCEPÇÃO DOS
GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE
SANTA MARIA-RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Neida Maria Camponogara de Freitas

Sapucaia do Sul, RS, Brasil.

2012

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS: PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS
PÚBLICAS DE SANTA MARIA-RS**

Neida Maria Camponogara de Freitas

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a Dr^a Josiane Pozzatti Dal-Forno

Sapucaia do Sul, RS, Brasil.

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE
SANTA MARIA-RS**

elaborada por
Neida Maria Camponogara de Freitas

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Josiane Pozzatti Dal-Forno, Dr^a
(Presidente/Orientadora)

Oséias Santos de Oliveira, Dr. (UFSM)

Crystina Di Santo D'Andrea, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 14 de dezembro de 2012.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA MARIA-RS

AUTORA: NEIDA MARIA CAMPONOGARA DE FREITAS

ORIENTADORA: JOSIANE POZZATTI DAL-FORNO

Data e Local da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 01 de dezembro de 2012.

Pensando a escola pública de qualidade no Brasil como a instituição educacional responsável pela formação básica da maioria dos cidadãos, percebe-se como é relevante aproximar os educadores da Educação Patrimonial. Partindo desse pressuposto, este trabalho teve como objetivo investigar como os gestores de escolas públicas, que atendem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), percebem a temática Educação Patrimonial. No sentido de buscar respostas às indagações propostas nesta pesquisa, procedeu-se à coleta, à descrição e à análise cuidadosa dos dados. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e teve, como delineamento, a pesquisa bibliográfica e o levantamento através do trabalho de campo, numa abordagem qualitativa. Os participantes foram gestores de escolas públicas que atendem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental, no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (RS). Os resultados da pesquisa mostraram que a maioria dos gestores percebe a importância e a necessidade de desenvolver um trabalho pedagógico de Educação Patrimonial envolvendo o Patrimônio Cultural nas escolas, como uma forma de conhecer, valorizar e respeitar as diferentes manifestações culturais dos povos. Ao mesmo tempo, eles reconhecem a necessidade de ampliar a temática para a Formação Continuada de Professores, visando a expandir os conhecimentos.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. EJA. Gestão. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PATRIMONIAL EDUCATION AND YOUNG AND ADULTS EDUCATION: PERCEPTION OF MANAGERS OF PUBLIC SCHOOLS IN SANTA MARIA-RS

AUTHOR: NEIDA MARIA CAMPONOGARA DE FREITAS

ADVISOR: JOSIANE POZZATTI DAL-FORNO

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, December 14, 2012.

Thinking about public school quality in Brazil as the educational Institution responsible for basic education of most citizens, it is perceived as relevant to approach Educators of Patrimonial Education. Based on this assumption, the objective of this study was to investigate how managers of public schools that meet the modality of Education for Young and Adults (EJA) perceive the theme Patrimonial Education. In order to seek answers to the questions proposed in this research, we proceeded to the collection, description and careful analysis of the data, based on the literature research and field work, in a qualitative approach. Participants were managers of public schools that meet the modality of Education for Young and Adults (EJA) in elementary school in the town of Santa Maria, in the state of Rio Grande do Sul (RS). The survey results demonstrated that most managers realize the importance and the need of developing a teaching job involving the Patrimonial Education in schools as a way to know, appreciate and respect the different cultural manifestations of people. At the same time, they recognize the need to increase the theme for the Continuing Education of Teachers, with the objective of expanding knowledge.

Keywords: Patrimonial Education. EJA. Management. Cultural Heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 –	Mapa mental da construção do PPP.....	17
FIGURA 2 –	Mapa de localização da área urbana de Santa Maria/RS.....	33
FIGURA 3 –	Mapa de localização das escolas participantes da pesquisa em Santa Maria/RS	34
QUADRO 1 –	Matrícula Inicial na EJA no Brasil em 2011	28
QUADRO 2 –	Matrícula Inicial na EJA no Rio Grande do Sul (RS) em 2011.....	29
QUADRO 3 –	Matrícula Inicial na EJA no município de Santa Maria (RS) em 2011.....	29
QUADRO 4 –	Escolas Públicas de EJA de Ensino Fundamental, no município de Santa Maria-RS.....	31
QUADRO 5 –	Escolas Públicas de EJA de Ensino Fundamental, participantes da pesquisa, município de Santa Maria-RS.....	32
QUADRO 6 –	Escala de conhecimento dos gestores sobre Patrimônio Cultural (PC).....	38
QUADRO 7 –	Importância atribuída a Educação Patrimonial na EJA	42
QUADRO 8 –	Importância atribuída a Educação Patrimonial na Formação Continuada de Professores.....	43
QUADRO 9 –	Participantes do trabalho sobre Educação Patrimonial na escola ...	47
QUADRO 10 –	Projeto Político Pedagógico e Educação Patrimonial na EJA.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	- Conselho de Escola.
CRE	- Coordenadoria Regional de Educação.
EE	- Escola Estadual.
EJA	- Educação de Jovens e Adultos.
EM	- Escola Municipal.
EP	- Educação Patrimonial.
G	- Gestores.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MEC	- Ministério da Educação.
PC	- Patrimônio Cultural.
PCNs	- Parâmetros Curriculares Nacionais.
PPP	- Projeto Político Pedagógico.
RS	- Estado do Rio Grande do Sul.
SMED	- Secretaria Municipal de Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil	12
1.2 Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico e Currículo Escolar	14
1.2.1 Gestão Democrática da escola	14
1.2.2 Projeto Político Pedagógico e o Currículo Escolar	15
1.3 Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial	19
2 METODOLOGIA	25
2.1 Objetivos	26
2.1.1 Objetivo geral	26
2.1.2 Objetivos específicos.....	26
2.2 Área de Abrangência	27
2.3 Etapas da pesquisa	30
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
3.1 Análise dos dados	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE	56

INTRODUÇÃO

O atual sistema educacional brasileiro, através de legislação específica e documentos legais, desde a década de 90, tem demonstrado a preocupação das autoridades governamentais na promoção de uma educação pública de qualidade visando a uma formação voltada para o desenvolvimento da cidadania.

No ano de 1998, foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental e, posteriormente, para o ensino médio, devido a necessidade de uma base curricular obrigatória, de abrangência nacional para todas as instituições educacionais, tanto de ensino como de pesquisa nos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Para dar suporte a esse documento, no mesmo ano (1998), foram inseridos os “Temas Transversais” como temas a serem tratados pela base curricular diversificada, com o propósito de orientar e sugerir mudanças na prática pedagógica das escolas de educação básica visando à formação de alunos-cidadãos (BRASIL, 1998).

Assim, com os Temas Transversais, é possível tratar diferentes questões sociais de forma interdisciplinar nas escolas de educação básica, entre elas: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (BRASIL, 1998). No contexto da Pluralidade Cultural, a temática que abrange esse assunto passa a integrar a Educação Patrimonial nas escolas de educação básica, para que se realizem práticas pedagógicas, com os alunos buscando dar maior valor ao Patrimônio material, imaterial e natural.

Essa medida propõe-se a fortalecer a relação das pessoas com suas heranças culturais, na percepção de sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio Cultural, como forma de fortalecer as vivências com a cidadania, num processo de inclusão social. A partir do estudo sobre o patrimônio nas escolas é possível despertar nos educandos a percepção para que estes possam reconhecer e preservar o patrimônio local, dando significações a esses espaços, por isso, é muito importante envolver o educando com a sua realidade local.

Nesse sentido, as escolas devem propor atividades que envolvam o (re) conhecimento do Patrimônio Cultural, como visitas a museus, arquivos e bibliotecas

públicas, centros de cultura e lazer considerados de relevância histórica e cultural no espaço geográfico da escola. E o Projeto Político Pedagógico (PPP), como um documento norteador das atividades que visam à formação dos alunos, deve ser pensado e discutido no âmbito da Gestão Democrática, envolvendo gestores, professores, alunos e demais segmentos da comunidade escolar. A Educação Patrimonial poderá contemplar essas discussões com vistas às ações pedagógicas interdisciplinares na escola, com o propósito de ampliar a formação para além do currículo de formação básica.

Percebe-se, em nível local e regional, o pouco conhecimento sobre o patrimônio cultural por parte dos alunos, o que tem repercutido na pouca valorização do Patrimônio, seja ele material, imaterial ou natural. Como educadora, a pesquisadora visualiza a importância e a necessidade de trabalhar a temática sobre Educação Patrimonial com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na escola onde atua.

Segundo Deslandes (1994, p. 42), a justificativa para que uma pesquisa seja realizada deve-se a sua “relevância”, aos “motivos que a justificam”, bem como as “contribuições para a compreensão, intervenção ou solução para o problema”. Ao mesmo tempo, a “pesquisa que produz maior impacto” é aquela que combina “relevância intelectual e prática do problema investigado à experiência do investigador.”

Com o intuito de buscar respostas para a situação apresentada, esta pesquisa tem como objetivo central investigar como os gestores de escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) percebem a temática Educação Patrimonial. E, para dar sustentação ao processo de investigação, delimitaram-se alguns objetivos específicos, entre eles: conhecer o que os gestores escolares pensam sobre Educação Patrimonial; analisar os conhecimentos prévios dos gestores escolares sobre a temática e verificar se o Projeto Político Pedagógico da escola contempla esta temática no currículo escolar.

Desse modo, a monografia está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo, dedica-se, no primeiro momento, a fazer uma breve contextualização da atual realidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. No segundo momento, aborda a Gestão Democrática da escola no sentido de apresentar alguns instrumentos que possibilitam a concretização dessas práticas no âmbito da gestão escolar. Para isso, enfatiza o Projeto Político Pedagógico e o Currículo Escolar. Por

seu turno, o terceiro momento apresenta minuciosamente a importância do conhecimento do Patrimônio Cultural para que se desenvolvam práticas voltadas a Educação Patrimonial nas escolas.

O segundo capítulo volta-se para descrever a metodologia utilizada, os objetivos, a área de abrangência e as etapas da pesquisa de campo e bibliográfica. E o terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos e a descrição dos resultados, bem como a análise dos dados coletados.

Visto que a EP é um tema pouco trabalhado na educação básica, pretende-se, com este estudo, ampliar as discussões e aproximar a Educação Patrimonial dos profissionais de educação.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

No cenário da EJA, no Brasil, visualiza-se um público cada vez mais heterogêneo quanto à idade, expectativas e comportamentos, o que tem constituído mudanças no perfil dessa modalidade de ensino. Essa grande diversidade de alunos constitui-se de adultos e jovens com 15 anos ou mais, que não concluíram a educação básica. Conforme Brasil (2007),

Trata-se de um jovem ou adulto que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela sua expulsão da educação regular ou mesmo da supletiva pela necessidade de retornar aos estudos. Não é só o aluno adulto, mas também o adolescente; não apenas aquele já inserido no mercado de trabalho, mas o que ainda espera nele ingressar; não mais o que vê a necessidade de um diploma para manter sua situação profissional, mas o que espera chegar ao ensino médio ou à universidade para ascender social e profissionalmente (BRASIL, 2007, p.19).

A escola, neste contexto, firma-se como um espaço privilegiado de construção e transmissão do conhecimento, capaz de promover e realizar a interação entre os diferentes sujeitos, os quais trazem múltiplas bagagens e traços culturais de suas origens, familiares, vivências sociais e do mundo do trabalho. Em diferentes momentos e lugares e conforme a sua realidade, estes sujeitos adquirem experiências, valores éticos e morais, criando uma visão de mundo, o que os leva a concepções e conhecimentos que devem ser aproveitados para a motivação de novos conhecimentos.

É importante a valorização da cultura advinda da comunidade desses alunos. No contexto escolar, é necessário planejar espaços para conhecer as diferenças, criar condições para reflexão, análise e interpretação da realidade dos alunos com a sua realidade social. A escola trabalha com o saber em seu cotidiano e ao divulgar e ampliar o conhecimento científico consolida-se como uma instituição preocupada com seu papel social. Os alunos caracterizam-se por ser diferentes sujeitos, os quais

trazem múltiplas bagagens e traços culturais de suas origens, familiares, vivências sociais e do mundo do trabalho.

Como sujeitos sociais, culturais e economicamente ativos, estes cidadãos e trabalhadores participam ativamente da sociedade, seja na produção ou no consumo de bens, produtos e serviços, assim como os demais cidadãos e devem ser valorizados por isso. A escola constitui-se como um espaço de ampliação da leitura de mundo desses cidadãos, capaz de promover novas perspectivas para o trabalho e inserção social deles.

Para isso, é preciso que a escola, a partir de seu Projeto Pedagógico, crie e privilegie espaços de construção coletiva da identidade da escola, pensando o cidadão que deseja formar. Nesse sentido, deve valorizar as vivências e habilidades que trazem consigo, para que ampliem seu modo de pensar, aumentando sua autoestima fragilizada em algum momento pela exclusão ou fracasso na escola, contribuindo para melhoria de suas vidas.

No Brasil, a educação de jovens e adultos (EJA) tem sido tratada com relevância nas leis e normas jurídicas, como os avanços na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, que torna uma garantia o ensino fundamental público, obrigatório e gratuito à população jovem e adulta como dever do estado, de direito público subjetivo. O mesmo cuidado observa-se com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDB), quando a EJA passou a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, com especificidade própria.

Também houve a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, e conforme resolução 01/2000 do Conselho Nacional de Educação, o Ministério da Educação estabeleceu políticas nacionais específicas para EJA e incluiu a formação continuada de professores, visando às propostas pedagógicas condizentes com a realidade desta modalidade. No entanto, uma década já se passou e os problemas são agravantes, mostrando a fragilidade das políticas educacionais.

Constata-se que houve conquistas, porém não se garantiu a distribuição de recursos financeiros necessários à demanda de acesso e permanência na escola, o que tem mostrado uma educação que permeou alguns avanços e retrocessos nas diferentes instâncias governamentais, sendo-lhe delegada uma posição secundária no plano de educação nacional, com carência de políticas públicas contínuas e eficazes.

1.2 Gestão Democrática, Projeto Político Pedagógico e Currículo Escolar

1.2.1 Gestão Democrática da escola

A escola é uma instituição social responsável pela socialização de conhecimentos e experiências, constitui-se, pois, num espaço de interação entre os sujeitos e, nesse sentido, deve ser capaz de promover, com responsabilidade, ações democráticas. Os professores, dotados de linguagens e saberes em colaboração com os alunos serão capazes de valorizar os conhecimentos prévios de cada indivíduo, mediando as relações, visando à construção do conhecimento e diminuição das diferenças no grupo, em prol de ações conjuntas que valorizem o coletivo. Quanto maior o diálogo e a participação dos envolvidos na gestão da escola, mais democráticas serão as ações e práticas pedagógicas, fortalecendo os espaços coletivos de divulgação do saber.

Uma gestão escolar democrática compreende a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar (professores, alunos, pais, gestores, funcionários e demais envolvidos no âmbito da escola) na criação e efetivação de instrumentos capazes de promover práticas educativas democráticas. Por isso, a importância da construção de instrumentos democráticos, criando espaços de representação na gestão escolar e educacional.

Conforme Souza (2005) é preciso estabelecer prioridades para o coletivo, no sentido de se efetivarem ações reais, com transparência. É necessário buscar espaços para o diálogo, pensando a educação como um todo, capaz de ser significativa e dotada de valores para o grupo e para a escola. Acredita-se que os educadores, ao integrar os fundamentos de Educação Patrimonial nas práticas pedagógicas da escola, estarão contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a realidade que vivem.

Assim, a importância de pensar a Educação Patrimonial como uma ação conjunta na escola, apta a promover práticas educacionais contínuas de um trabalho centrado no Patrimônio Cultural local. É preciso discutir ideias e práticas em conjunto, socializar experiências, pois muitas escolas têm realidades semelhantes, o

que poderá contribuir para a tomada de decisões e fortalecimento de objetivos comuns.

Muito importante, em nível escolar é o Conselho de Escola (CE), pois se trata da instituição que coordena a gestão escolar e, por ser um instrumento de democracia representativa, envolve todos os segmentos da escola. Nesse sentido, deverá assumir seu caráter político de gestão da escola visando a organizar, promover e divulgar todas as ações previstas e realizadas com planejamento prévio, zelando pela participação coletiva em interesses comuns no âmbito da gestão escolar.

Diante disso, a valorização das diferenças culturais opõe-se à uniformização na educação e nas relações entre os sujeitos sociais. Deve-se valorizar as diferenças na promoção de sujeitos capazes de mudar sua própria realidade e encontrar soluções para diferentes problemas sociais. Os professores e demais agentes escolares são responsáveis e coparticipantes no processo para a promoção de uma educação pública de qualidade.

Dessa forma, os espaços de formação continuada de professores, além de promover estudos contínuos, devem proporcionar reflexões sobre ações do cotidiano, como possibilidades de novas conquistas para a educação, na construção do conhecimento e na mediação dos sujeitos com o mundo exterior.

1.2.2 Projeto Político Pedagógico e o Currículo Escolar

Todo o planejamento pressupõe uma ação organizada com vistas a resultados satisfatórios durante o processo. Ao tratar-se de Projeto Político Pedagógico ou Projeto Pedagógico, refere-se as ações pedagógicas das instituições de ensino, no âmbito da gestão escolar democrática. A Carta Magna do ano de 1988 foi o primeiro documento a instituir os princípios da gestão democrática, sendo, posteriormente, regulamentados pela LDB 9394/96, como forma de garantir o ensino público e gratuito com iguais condições de acesso e permanência nas escolas para todos os cidadãos brasileiros.

Para Veiga (2001, p.11), um projeto pedagógico deve se caracterizar, entre outros, por: “tornar claros os princípios baseados na autonomia da escola, na

solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo”. Para garantir essas características, um processo de qualidade, deve:

- a) nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- b) ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- c) ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- d) ser construído continuamente, pois como produto, é também processo (VEIGA, 2001, p. 11).

Assim como o estado planeja suas metas e objetivos através das políticas públicas educacionais, a partir de instrumentos, as instituições de ensino devem planejar suas ações, metas e objetivos através do Projeto Pedagógico e demais instrumentos escolares a fim de promover a gestão democrática. O Projeto Pedagógico deve ser planejado de forma colaborativa e participativa com toda a comunidade escolar, priorizando o diálogo entre os sujeitos a partir de uma prática democrática de gestão e com um ideal político de educação.

A gestão educacional refere-se às políticas públicas educacionais em nível macro, de estado, enquanto que a gestão escolar dá-se em nível micro, na escola. A primeira é concernente às leis, aos pareceres, às resoluções, aos parâmetros curriculares, aos fundos, ao Plano de Metas, entre outros, e a segunda diz respeito ao Projeto Pedagógico, Regimento Escolar, Currículo, Planos de Cursos, Planos de Aula, Plano de Desenvolvimento da Escola e Conselhos Escolares, na garantia de uma gestão democrática.

Nesse sentido, a construção do Projeto Político Pedagógico deverá tomar, como base, o cotidiano escolar, composto a partir das vivências que envolvem a realidade dos alunos que permeiam a escola, para que se viabilizem práticas educativas interdisciplinares no âmbito escolar. Assim, é preeminente aos gestores escolares e professores conhecer os diferentes sujeitos sociais no sentido de integrar ao processo pedagógico as diversas temáticas na promoção de uma formação íntegra dos cidadãos.

Assim, um Projeto Político Pedagógico deverá ser pensado e discutido com gestores escolares, professores, alunos e demais segmentos da comunidade escolar. Os Planos de Ação e o Currículo Escolar devem propor ações conjuntas em prol da valorização das diferenças culturais dos distintos atores sociais que integram

a escola. Visualiza-se, na sequência, a representação da construção do PPP de forma coletiva na escola.

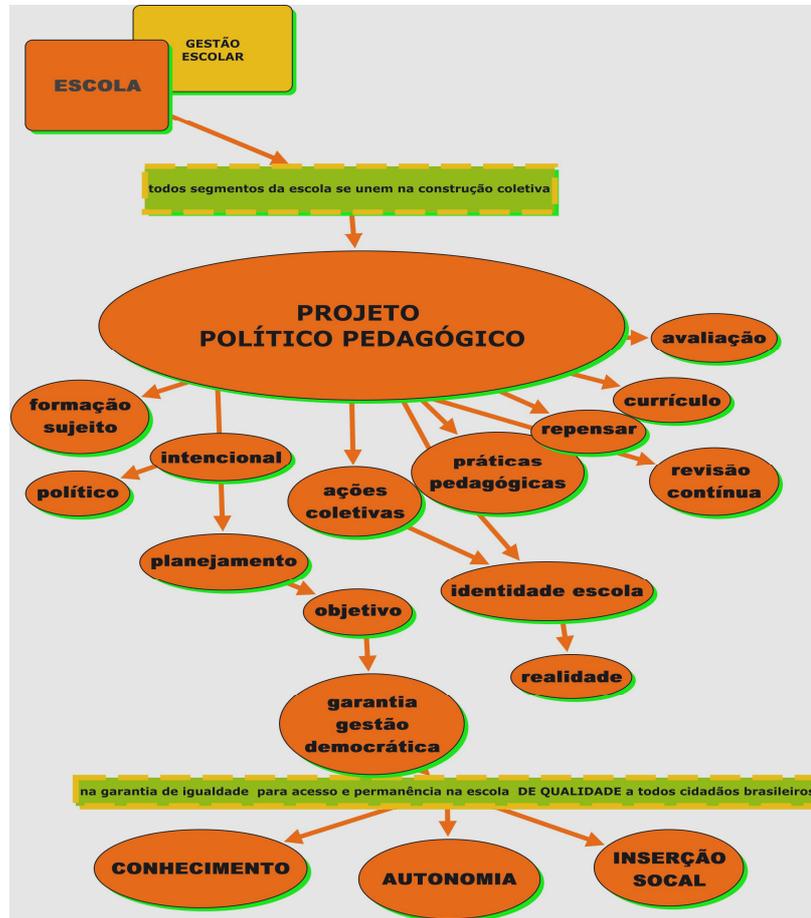


Figura 1 – Mapa mental da construção do PPP¹

Fonte: Org.: FREITAS, N. M. C. de, 2009.

O Projeto Político Pedagógico consagra-se, assim, como o instrumento que viabiliza a inserção dessas práticas no contexto escolar. Por isso, torna-se um importante documento de análise no processo de conhecimento das práticas escolares, com base no cotidiano escolar construído a partir das vivências que envolvem a realidade da escola. Ao mesmo tempo, é um documento que precisa ser revisto de forma contínua, valendo-se da identidade que permeia o ambiente escolar, sendo importante primar pela valorização dos profissionais em educação,

¹ A elaboração do mapa mental teve como embasamento teórico o texto: “A construção coletiva do projeto político pedagógico da escola”, de João Ferreira de Oliveira.

pelas relações de trabalho, flexibilidade do currículo, processos de avaliação e decisões, finalidades e visão da escola em conjunto com a comunidade que está inserida.

Uma leitura deste documento remete a conhecer a proposta de educação oferecida pela instituição escolar, o que, em contrapartida, irá representar a gestão, bem como a sustentação de suas ações pedagógicas. Uma escola pública com autonomia, democrática, será capaz de proporcionar conhecimento aos educandos para que se constituam cidadãos livres e autônomos, comprometidos e capazes de serem críticos. Assim, poderão constituir-se em trabalhadores aptos para ingressar no mercado de trabalho atual, de dialogar e transformar a realidade onde vivem (OLIVEIRA, 2003).

Nesse mesmo viés, conforme Veiga (2001), o processo de construção do Projeto Político Pedagógico, como um instrumento de gestão democrática, deve exigir a participação ativa dos atores locais. É importante a escola contemplar a comunidade escolar e valorizar suas práticas culturais para que estes atores adaptem-se às especificidades de cada escola e à sua cultura.

Nesse sentido, a prática do currículo deverá ser pensada visando a atender aos fins sociais e culturais, constituindo-se o componente básico da educação escolar. Pensar a escola como o lugar onde o indivíduo adquire a maior parte de seus conhecimentos e que permeia as diferentes culturas, seja ela na simbologia do educador ou dos educandos e em contato com diferentes atores sociais, pode-se concluir que a escola é a instituição que funciona como espaço de cultura e memória.

A escola é a referência do cidadão para toda sua vida, é sua ligação com o passado, que produz memórias para o presente. Benito (2011) evidencia:

Acudiendo a la memoria percibimos la historicidad de nuestra existencia y de la vida colectiva y ponemos en valor la escuela como elemento constitutivo de esta memoria que es cultura, y como tal, patrimonio comunitario a preservar y difundir. La educación patrimonial es una nueva dimensión de la formación para la ciudadanía en toda democracia avanzada, un nuevo vector de ilustración y modernidad (BENITO, 2011, p. 29).

Percebe-se, neste cenário, que a escola, ao constituir-se como o ambiente de vivência desses sujeitos sociais, passa a compor-se de significações, pois guarda, em si, simbologias, uma vez que as pessoas compreendem e criam o mundo

conforme a sua identidade e sua percepção cultural. Assim, de acordo com Benito (2011), a temática sobre Educação Patrimonial na escola constitui-se uma nova forma de promover a formação para a cidadania.

1.3 Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial

Em consonância com a problemática e o objeto de investigação, pretende-se fazer algumas reflexões sobre a importância do tema Educação Patrimonial, a ser trabalhado com os alunos na educação formal e não formal, como um processo de formação para a cidadania.

Vislumbrando este cenário, a Educação Patrimonial apresenta-se como metodologia para a prática pedagógica de preservação e valorização do Patrimônio, o que Horta *et al* (1999, p. 6) denominam de “**processo permanente e sistemático** de trabalho educacional **centrado no Patrimônio Cultural** como **fonte primária de conhecimento** e enriquecimento individual e coletivo” (grifos do autor).

Em seu Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, Grunberg (2007, p.5) definiu Educação Patrimonial como “o processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações.” Com isso, nota-se a necessidade de um trabalho contínuo envolvendo o patrimônio, tendo em vista as mudanças constantes na ocupação desses espaços por novos atores sociais.

Para compreender o patrimônio de um determinado grupo social é preciso, antes de tudo, entender-se como parte desse patrimônio, o que, de alguma forma, é valioso e, por isso, precisa ser protegido e preservado. (VINÃO, 2010). Assim, o patrimônio é um processo em constante mudança, o que Vinão (2010, p. 34) caracteriza como “(...) en un proceso inacabable de construcción y reconstrucción. De ahí que la noción de patrimonio histórico o cultural sea históricamente, en su contenido, variable.” Conforme o autor citado, a instituição educativa e todos os acontecimentos que ocorrem no espaço escolar são passíveis de memória e, por isso, devem ser estudados.

Para o estudo do Patrimônio Cultural nas escolas, é importante integrar a vivência dos atores sociais, a partir da realidade do educando. Assim, a escola é o

ponto de partida para essas reflexões. Muito importante que a escola promova práticas educativas no sentido dos alunos conhecerem museus, arquivos históricos de diferentes instituições, centros de cultura do município, bibliotecas públicas e outros locais de igual relevância histórica e cultural. Ademais, é importante e igualmente necessário considerar o espaço da escola como patrimônio.

Sob este prisma, é necessário e imperioso conhecer, e “conhecer” remete ao tempo passado, a um lugar no espaço, a um povo e a sua cultura. Aqui, ressalta-se a importância das ciências como a História, a Geografia, a Arqueologia, a Antropologia, a Linguagem, a Arquitetura, a Matemática, entre outras que sustentam os estudos sobre Patrimônio. A partir do resgate das vivências enraizadas nos antepassados, é possível criar laços com as futuras gerações, características de memória e identidade de um povo, o que Castells (1999, p. 22) denomina de “identidade cultural” como “a fonte de significado e experiência de um povo”. Ao mesmo tempo Bauman (2012, p. 67) observa que “na era da modernidade tardia, as identidades são cada vez mais fragmentadas e fraturadas (...) construídas sobre discursos, práticas e posições diferentes (...).”

Relevante, nesse aspecto, pontuar que, sob a mesma perspectiva de Bauman, ao perceber a fragmentação das identidades, Feiber (2008, p.4) foi além, pois, para ele, “a relação identitária sofre grandes alterações e incertezas, e a fragmentação da sociedade e do seu espaço chega até a alterar a nossa própria individualidade.” Em seus estudos, pode-se perceber que “a bagagem simbólica” de um bem, na sua dimensão subjetiva, “pode ser alterada quando não se consegue ancorar os seus valores originais.” (FEIBER, 2008, p.4). Verifica-se, assim, que a relação das pessoas com o patrimônio coletivo condiciona valores e signos, que se não forem socializados não serão reconhecidos pelas próximas gerações.

Daí decorre o cuidado que se deve ter para que a história não seja contada apenas por um grupo social, pois a cultura envolve os diferentes prismas da sociedade. Vinão (2010), ao estudar as relações e interações entre educação patrimonial, memória e história, ressaltou a importância do trabalho de reconstrução biográfica do espaço escolar na contribuição da história cultural. Ao mesmo tempo, Vinão (2010) salienta os cuidados com as novas gerações e com o suporte tecnológico de memória que nos remete à herança cultural na modernidade.

De ahí que los conflictos y las luchas por apoderarse de la memoria social de un grupo determinado afecten a lo que en cada momento se considera patrimoniable digno de ser conservado y convertido en lugar de la memoria. Y de ahí, por último, que la noción de patrimonio se haya ampliado desde el campo histórico-cultural a otros ámbitos como el paisajístico o el medioambiental e incluso haya llegado a acuñarse la noción de patrimonio cultural inmaterial (...).(VINÃO, 2010, p. 34).

Ao ampliar-se o campo histórico-cultural, dilata-se a noção de patrimônio, que passa a integrar às demais ciências o estudo da construção social, sendo, cada vez mais, possível incluir os diferentes aspectos na cultura, tanto material como imaterial. Para Viñao (2005)

(...) no sólo de objetos, sino también de la memoria de los alumnos y docentes, de los políticos, administradores y supervisores de la educación, de los padres y madres de alumnos, y de cuantos en definitiva han tenido una más o menos estrecha relación con el mundo de la enseñanza. (VIÑAO, 2005, p.23).

Pensando o espaço geográfico como o lugar onde o homem desenvolve e manifesta suas relações econômicas, sociais e culturais; esse lugar é dotado de significações e representações na memória das pessoas. Ele é a soma de suas manifestações e de sua inquietude frente a sua capacidade de apropriar-se desses espaços e de modificá-lo num processo de interação e inter-relação com o meio.

No Brasil, o reconhecimento do multiculturalismo na formação étnica da população como participante do processo de construção social e econômica do país é considerado tardio, devido a pouca valorização dada às diferenças culturais.

O Brasil é um país pluricultural, isso significa que existem diversas formas e expressões de interpretar e se relacionar com o mundo. Reconhecer que todos os povos produzem cultura e que cada um tem uma forma diferente de se expressar é aceitar a diversidade cultural e reconhecer também que não existem culturas superiores a outras. Assim, a diversidade cultural produz características regionais que fazem com que as pessoas tenham histórias, sotaques, costumes, comidas e vestimentas muito diferentes, sendo, ao mesmo tempo, todos brasileiros. Essa característica do nosso povo faz com que a cultura brasileira seja tão rica, variada e possa ser um recurso para seu desenvolvimento. (GRUNBERG, 2007, p. 4).

No entanto, a partir da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, tem-se no Brasil, o primeiro documento oficial, sob a forma de lei, a integrar ao Patrimônio Cultural, as referências culturais de todos os grupos formadores da sociedade brasileira, assim:

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos a formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. As formas de expressão; II. Os modos de criar, fazer e viver; III. As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Em contrapartida, após quase uma década, apenas no ano de 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), é que se incluiu a parte diversificada aos currículos do ensino básico, observando-se as características regionais e locais da cultura, abrindo espaço para divulgação do acervo cultural dos estados e municípios. Ao encontro desse novo espaço, no ano de 1997, no contexto educacional brasileiro, incluem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), trazendo como inovação a interdisciplinaridade na Educação Básica, a partir dos Temas Transversais que devem permear todas as disciplinas escolares.

No entanto, apesar da abrangência dos temas transversais, isso não significa que devem ser tratados igualmente em todos os lugares. “Ao contrário, podem exigir adaptações para que correspondam às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola (...)” (BRASIL, 1998, p.66). Nesse sentido, a partir das grandes temáticas, entre elas, a Pluralidade Cultural e o Meio Ambiente, é possível trabalhar a Educação Patrimonial na escola e fora dela, com vistas à valorização e ao reconhecimento da identidade cultural dos diferentes grupos sociais. Ainda, segundo Brasil (1988), faz-se importante ressaltar entre os objetivos do ensino fundamental:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1998, p. 7).

Essa medida visa a fortalecer a relação das pessoas com suas heranças culturais, na percepção de sua responsabilidade pela valorização e preservação do Patrimônio seja ele cultural ou natural, como forma de fortalecer as vivências com a cidadania, num processo de inclusão social. Além disso, em conformidade com Brasil (1998, p. 5), as escolas devem realizar ações “que permitam aos jovens ter

acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania”.

Apesar de ser uma temática recente no Brasil, a proposta de Educação Patrimonial começou a ser discutida ainda na década de 80 e teve como marco referencial o 1º Seminário realizado no Museu Imperial do Rio de Janeiro, em Petrópolis. Maria de Lourdes Parreiras Horta havia tido contato com um trabalho pedagógico de *Heritage Education* desenvolvido na Inglaterra, o qual visualizava uma nova abordagem de patrimônio, diferente do aspecto material trabalhado até então, e que sugeria o conhecimento do patrimônio a partir dos objetos, como utensílios e vestígios materiais capazes de remeter ao que as pessoas socializavam e como viviam (HORTA, 1999).

Assim sendo e com o intuito de incentivar a realização de novas práticas educacionais, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pelo patrimônio no Brasil, apoiou a publicação do “Guia Básico de Educação Patrimonial” elaborado por Horta; Grunberg; Monteiro (1999), no qual Horta aponta novos caminhos de exploração e descoberta do significado que envolve a expressão “Patrimônio Cultural Brasileiro”. (HORTA, 1999, p.5).

Assim, para Horta (2000, p. 29), Patrimônio Cultural é “um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes (...)”. Nesse sentido, a Educação Patrimonial tem o intuito de agregar valor através de uma metodologia interdisciplinar, o que Ferrari (2006) enfatiza ao considerar que:

Essa metodologia, desenvolvida de forma interdisciplinar, pode ser realizada para todas as idades. Utiliza tanto objetos oriundos do universo pessoal e familiar dos alunos, como os bens patrimoniais da própria escola; locais como museus, arquivos, bibliotecas, monumentos e centros históricos, sítios arqueológicos e naturais; elementos da natureza, como rios, serras, espécimes da flora e da fauna; manifestações do patrimônio imaterial, como saberes, celebrações, formas de expressão, práticas coletivas; ou qualquer outra expressão resultante da relação do homem com o seu meio (FERRARI, 2006. p. 6).

Conforme a contribuição de Ferrari (2006), a Educação Patrimonial deve constituir-se como um instrumento na promoção da cidadania, seja ela individual ou coletiva, para que, com responsabilidade, se valorize e preserve os patrimônios da cultura material, imaterial e ambiental. Em consonância com esse autor, Itaque; Villagrán (1998) também compactuam que a Educação Patrimonial passa a ser um

instrumento para que se conheça, de forma crítica, a realidade com o propósito de identificar e valorizar a si próprio e o contexto coletivo que se está envolvido. (ITAQUI; VILLAGRÁN, 1998, p.5).

Na contribuição de Pelegrini (2006), tem-se, resumidamente, a importância da Educação Patrimonial como requisito essencial para a promoção do exercício da cidadania:

O ensino sistemático e contínuo da população através das metodologias da Educação Patrimonial e Ambiental precisa partir da idéia de que a sociedade que não respeita o patrimônio cultural e natural em toda a sua diversidade corre o risco de perder a identidade e enfraquecer seus valores mais singulares, inviabilizando o exercício da cidadania. Assim, deve promover a formação e a informação acerca do processo de construção das identidades étnicas e possibilitar o desenvolvimento de reflexões em torno do significado coletivo e plural da história e das políticas de preservação. Ademais, pode fomentar o desejo de manutenção das práticas do passado sem ignorar os benefícios da tecnologia (...) (PELEGRINI, 2006, p. 126).

Contudo, a Educação Patrimonial é um tema pouco frequente na atual agenda do ensino fundamental e médio, o que, provavelmente, tenha ocorrido a partir de um contexto histórico que teve como origem o modelo que valorizou a preservação de sítios urbanos, bens móveis e imóveis, obras de arte, em detrimento das manifestações culturais ligadas ao cotidiano da população. (ALMEIDA, 2008, p.5). Nesse sentido, em consonância com García Valecillo (2009, p. 787), (...) “el área educativa adquiere una especial relevancia para sensibilizar, capacitar y articular las acciones entre los especialistas y los actores sociales.”

De certa forma, as instituições de ensino, os educadores, os educandos e a comunidade em geral poderão contribuir de maneira relevante no sentido de propiciar uma nova direção ao processo de expansão do conhecimento da cultura em nível local, regional e nacional.

2 METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho diz respeito à escolha dos procedimentos que irão nortear toda a pesquisa, visando a melhor proporcionar respostas ao que foi definido como problema de pesquisa. Para Taylor; Bogdan; (1987, p.16) “el modo en que enfocamos los problemas y buscamos las respuestas (...) Nuestros supuestos, intereses y propósitos nos llevan a elegir una u otra metodología”.

Nesse sentido, e para atender o objetivo deste trabalho que busca investigar a percepção dos gestores escolares quanto a Educação Patrimonial nas escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos, no município de Santa Maria-RS, realizou-se um estudo descritivo com delineamento bibliográfico e levantamento através do trabalho de campo, de abordagem qualitativa.

Como referencial teórico, entre os autores que se dedicam a pesquisa qualitativa, utilizou-se Minayo (2004), Deslandes (2004), André (1988), Taylor e Bogdan (1987), Goldenberg (2004), os quais serão referenciados conforme o desenvolvimento e descrição das etapas da pesquisa. Ao mesmo tempo buscaram-se os conceitos que fundamentam a Educação Patrimonial e o Patrimônio Cultural em autores como Horta (1999, 2000), Pelegrini (2006), Soares (2008), Villagrán (1998), entre outros; e como autores que se dedicam à gestão democrática da escola e ao PPP, tem-se Souza (2005) e Veiga (2001).

Para Deslandes (2004):

a metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados (DESLANDES, 2004, p. 42-43).

Em conformidade com o exposto e como embasamento teórico para este estudo, enfatiza-se a escolha pela abordagem de pesquisa qualitativa por ser uma pesquisa que responde a questões pontuais. Conforme os autores citados, Minayo (2004) evidencia:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significativos,

aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO,2004, p. 21-22).

Ademais, a metodologia qualitativa é aquela capaz de produzir uma perspectiva mais ampla no campo da investigação, o que conforme Taylor; Bogdan, (1987, p. 19) “produce datos descriptivos las propias palabras de las personas, habladas o escritas, y la conducta observable.” Os mesmos autores para enfatizar a abrangência da pesquisa qualitativa, em sua obra fazem menção a Ray Rist (1977) quando comparou as metodologias: “la metodología cualitativa, a semejanza de la metodología cuantitativa, consiste en más que un conjunto de técnicas para recoger datos”, no sentido de “encarar el mundo empírico”. (RAY RIST, 1977 apud TAYLOR; BOGDAN, 1987. p. 19).

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo geral

- Investigar como os gestores de escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Santa Maria/RS percebem a temática Educação Patrimonial.

2.1.2 Objetivos específicos

- conhecer o que os gestores escolares pensam sobre Educação Patrimonial nas escolas;
- identificar os conhecimentos prévios dos gestores escolares sobre Educação Patrimonial;
- verificar se o Projeto Político Pedagógico da escola contempla, no currículo escolar, a Educação Patrimonial.

2.2 Área de Abrangência

Conforme Minayo (2004, p. 53), “campo de pesquisa é o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço” representado por uma “realidade empírica” que à luz “das concepções teóricas fundamenta o objeto de investigação”. Neste estudo, e de acordo com Minayo (2004), o recorte espacial refere-se à percepção dos gestores escolares quanto à Educação Patrimonial nas escolas públicas de EJA, de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS).

No entanto, devido à extensa área de abrangência que permeia o atual contexto educacional no Brasil, foram feitas algumas delimitações necessárias para alcançar o objeto de pesquisa proposto, o que se pretende mostrar a seguir. Entre as diferentes modalidades de oferta de matrículas nas escolas públicas de educação básica, delimitou-se a área de abrangência deste estudo para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

E para conhecer a atual realidade da EJA no Brasil, recorreu-se aos dados do Censo Escolar da Educação Básica 2011, pois, como um documento relevante, mostra o atual cenário educacional do país, reunindo dados estatísticos sobre a educação básica no Brasil. Com base nesses dados, registra-se, atualmente, na EJA no Brasil, um total de 3.980.203² matrículas iniciais, sendo que 2.657.781 (67%) refere-se ao ensino fundamental e 1.322.422 (33%), ao ensino médio (BRASIL, 2012, p. 24).

Comparando-se esses dados numa variável com o mesmo censo no período (2007-2011), nota-se uma queda de 6% (254.753) nas matrículas iniciais de EJA no contexto educacional brasileiro no período em destaque. Ainda, com base nesses dados, conclui-se que as matrículas do ensino fundamental têm um maior percentual de alunos do que no ensino médio. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009 *apud* BRASIL, 2012) apurou que, no Brasil, uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos está fora da escola e não tem o ensino fundamental.

A seguir, conforme os quadros 1, 2 e 3, pretende-se mostrar os dados referentes às matrículas iniciais na EJA, no ensino fundamental e médio,

²Esses dados referem-se ao número total de matrículas na EJA (presencial, semipresencial, educação profissional e educação especial).

concernentes ao ano base 2011. Para esta amostra, delimitou-se o ensino presencial, na rede pública estadual e municipal, na dependência administrativa rural e urbana (no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e no município de Santa Maria).

EJA Presencial				
País/Dependência Administrativa (Urbana/Rural)	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
BRASIL				
Estadual Urbana	763.266	349	985.833	0
Estadual Rural	57.918	111	22.959	45
Rede Estadual	821.644		1.008.837	
Municipal Urbana	1.181.467	1.205	21.331	0
Municipal Rural	397.206	556	2.320	0
Rede Municipal	1.580.434		23.651	
Total Rede Estadual e Municipal	2.402.078		1.032.488	
Total Educação Básica		3.434.566		

Quadro 1 – Matrícula Inicial na EJA no Brasil em 2011

Fonte: MEC/Inep – Censo Escolar da Educação Básica 2011
Org.: Freitas, N. M. C. de, 2012

Pode-se constatar conforme o exposto no quadro um (01) que, no Brasil, o número de matrículas iniciais no ensino fundamental da EJA supera o número de matrículas no ensino médio da EJA, demonstrando que a parcela de jovens e adultos que procuram o ensino fundamental é bem maior que no ensino médio. Nota-se também que, no Brasil, a rede de ensino estadual concentra o maior número de matrículas no ensino médio, enquanto que a rede de ensino municipal reúne o maior número de matrículas no ensino fundamental.

EJA Presencial				
Unidade Federativa/Dependência Administrativa (Urbana/Rural)	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
RIO GRANDE DO SUL				
Estadual Urbana	34.812	14	28.207	0
Estadual Rural	1.481	0	125	0
Rede Estadual	36.307		28.332	
Municipal Urbana	42.057	0	180	0
Municipal Rural	1.489	0	64	0
Rede Municipal	43.546		244	
Total Rede Estadual e Municipal	79.853		28.576	
Total Educação Básica			108.429	

Quadro 2 – Matrícula Inicial na EJA no Rio Grande do Sul (RS) em 2011

Fonte: MEC/Inep – Censo Escolar da Educação Básica 2011
Org.: Freitas, N. M. C. de, 2012.

Pode-se perceber conforme o exposto no quadro dois (02) que, no estado do Rio Grande do Sul, o número de matrículas iniciais no ensino fundamental da EJA também supera o número de matrículas no ensino médio da EJA. Ao mesmo tempo, mostra igualmente uma maior parcela de jovens e adultos matriculados no ensino fundamental do que no ensino médio. Nota-se também que a rede municipal concentra a maior parte das matrículas no ensino fundamental. Assim, no Rio Grande do Sul, conforme os dados apresentados, tem-se 108.429 alunos de EJA matriculados na educação básica, sendo que desse total, 79.853 estão matriculados no ensino fundamental e 28.576, no ensino médio.

EJA Presencial				
Município/Dependência Administrativa (Urbana/Rural)	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral
SANTA MARIA/RS				
Estadual Urbana	1.194	0	1.275	0
Estadual Rural	0	0	0	0
Rede Estadual	1.194		1.275	
Municipal Urbana	1.283	0	0	0
Municipal Rural	61	0	0	0
Rede Municipal	1.344		0	
Total Rede Estadual e Municipal	2.538		1.275	
Total Educação Básica			3.813	

Quadro 3 – Matrícula Inicial na EJA no município de Santa Maria (RS) em 2011

Fonte: MEC/Inep – Censo Escolar da Educação Básica 2011.
Org.: Freitas, N. M. C. de, 2012.

Conforme os dados apresentados no quadro três (3), concluiu-se que, no município de Santa Maria, o número de matrículas iniciais do ensino fundamental da EJA, na rede municipal, supera o número de matrículas iniciais do ensino fundamental da rede estadual. Conforme Brasil (2012, p.25), isso ocorre porque “a oferta da EJA segue a mesma distribuição do ensino regular, ou seja, a rede municipal é predominante no ensino fundamental e a rede estadual no ensino médio”.

Com isso, conclui-se também que, nos diferentes Sistemas de Ensino das escolas públicas que oferecem a modalidade de EJA, as matrículas iniciais contemplam a oferta conforme prevê a LDB 9394/96 quanto à incumbência da educação básica pelos respectivos sistemas e redes de ensino.

2.3 Etapas da pesquisa

Para melhor delineamento da pesquisa, a autora utilizou três etapas, as quais delimitaram os procedimentos metodológicos adotados, descritos a seguir.

A primeira etapa desta pesquisa consistiu na identificação das escolas públicas municipais e estaduais de EJA, de ensino fundamental, na área de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE), do município de Santa Maria/RS, área geográfica que integra a amostragem da pesquisa. A escolha por escolas da rede pública de ensino deu-se pela necessidade de investigar como a escola pública tem tratado as diferenças culturais, visando a uma formação para a cidadania.

Nesse sentido, delimitou-se a pesquisa por escolas que abrangem a modalidade de EJA, no ensino presencial, da rede pública estadual e municipal, em funcionamento no município de Santa Maria, RS. Através de uma busca no *site* da 8ª Coordenadoria Regional de Educação do estado do RS (CRE/RS) e no *site* da Prefeitura Municipal de Santa Maria, Secretaria Municipal de Educação (SMED), foi possível a identificação de 19 escolas estaduais de ensino fundamental de EJA e de 14 escolas municipais de ensino fundamental de EJA, as quais serão apresentadas no quadro que segue.

Escolas Públicas de Ensino Fundamental de EJA	
Rede Estadual	Rede Municipal
Colégio Estadual Coronel Pillar	EMEF Adelmo Simas Genro
Colégio Estadual Padre Rômulo Zanchi	EMEF Aracy Barreto Sacchis
Colégio Estadual Professora Edna May Cardoso	EMEF Diácono João Luiz Pozzobon
Colégio Estadual Tancredo Neves	EMEF Dom Luiz Victor Sartori
EEE Especial Dr. Reinaldo Fernando Coser	EMEF Duque de Caxias
EEEB Dom Antônio Reis	EMEF Edy Maya Bertóia
EEEB Ir. José Otão	EMEF Irmão Quintino
EEEF Celina de Moraes	EMEF João da Maia Braga – Escola Núcleo
EEEF General Gomes Carneiro	EMEF Júlio do Canto
EEEF João Belém	EMEF Lidovino Fanton
EEEF Marieta D' Ambrósio	EMEF Luizinho De Grandi
EEEF Paulo Freire	EMEF Pinheiro Machado
EEEF Santa Marta	EMEF Rejane Garcia Gervini
EEEM Marechal Humberto Alencar Castelo Branco	EMEF Reverendo Alfredo Winderlich
EEEM Walter Jobim	
Escola Básica Estadual Cícero Barreto	
Escola Básica Estadual Érico Veríssimo	
Núcleo Estadual de EJA e Cultura Popular (CP) Mário Quintana	
Núcleo Estadual de EJA e Cultura Popular (CP) Julieta Wilamil Balestro (Presídio)	
Total de escolas estaduais: 19	Total de escolas municipais: 14
Total de escolas estaduais e municipais: 33	

Quadro 4 - Escolas Públicas de EJA, no município de Santa Maria-RS

Fonte: 8ª CRE/RS e Prefeitura Municipal de Santa Maria/SMED
Org.: Freitas, N. M. C. de, 2012.

Na segunda etapa, procedeu-se à delimitação das escolas de EJA da rede pública municipal e estadual, do município de Santa Maria, participantes da pesquisa. Com o propósito de delimitar a amostragem com uma garantia ao processo que viabilize trabalhar os dados referentes ao problema investigado, buscou-se, em Deslandes (1994), a sustentação teórica. A autora afirma que a amostragem da pesquisa qualitativa “não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. (...) A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.” (DESLANDES, 2004, p.43 *apud* MINAYO, 1992).

Com base nessa consideração teórica, iniciou-se a fase de escolha das escolas integrantes da amostragem da pesquisa. Optou-se por escolas de EJA do ensino fundamental, na zona urbana do município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul. Por conseguinte, eliminaram-se da amostragem as escolas da zona

rural e as escolas de ensino médio.

Ao mesmo tempo, a escolha de um percentual maior por escolas estaduais justifica-se pelo fato da pesquisadora atuar em uma escola estadual de ensino fundamental, na EJA. E, de forma aleatória, no sentido de facilitar o acesso aos gestores escolares, optou-se por escolas onde colegas também ministram aulas, incluindo-se, assim, algumas escolas municipais, com o intuito de viabilizar e agilizar o retorno dos questionários.

Desse modo, foram selecionadas para participar da pesquisa 12 escolas públicas da área urbana do município de Santa Maria, do estado do Rio Grande do Sul (RS). No total, foram nove (09) escolas estaduais e três (03) escolas municipais que atendem a modalidade de EJA no ensino fundamental, apresentadas no quadro a seguir.

Escolas Públicas selecionadas	
Rede Estadual	Rede Municipal
Colégio Estadual Coronel Pillar	EMEF Dom Luiz Victor Sartori
Colégio Estadual Padre Rômulo Zanchi	EMEF Duque de Caxias
Colégio Estadual Tancredo Neves	EMEF Lidovino Fanton
EEEB Irmão José Otão	
EEEF General Gomes Carneiro	
EEEF Marieta D' Ambrósio	
EEEF Paulo Freire	
Escola Básica Estadual Cícero Barreto	
Escola Básica Estadual Érico Veríssimo	
Total: 09 escolas	Total: 03 escolas
Total de escolas estaduais e municipais: 12	

Quadro 5 – Escolas Públicas de EJA, participantes da pesquisa, município de Santa Maria-RS

Fonte: 8ª CRE/RS e Prefeitura Municipal de Santa Maria/SMED
Org.: Freitas, N. M. C. de, 2012.

Visando a delimitar o espaço geográfico onde a pesquisa foi realizada, apresentar-se-á nas Figuras 1 e 2, respectivamente, os seguintes mapas: de localização geográfica do município de Santa Maria (RS) e de localização das escolas participantes da pesquisa em Santa Maria (RS).

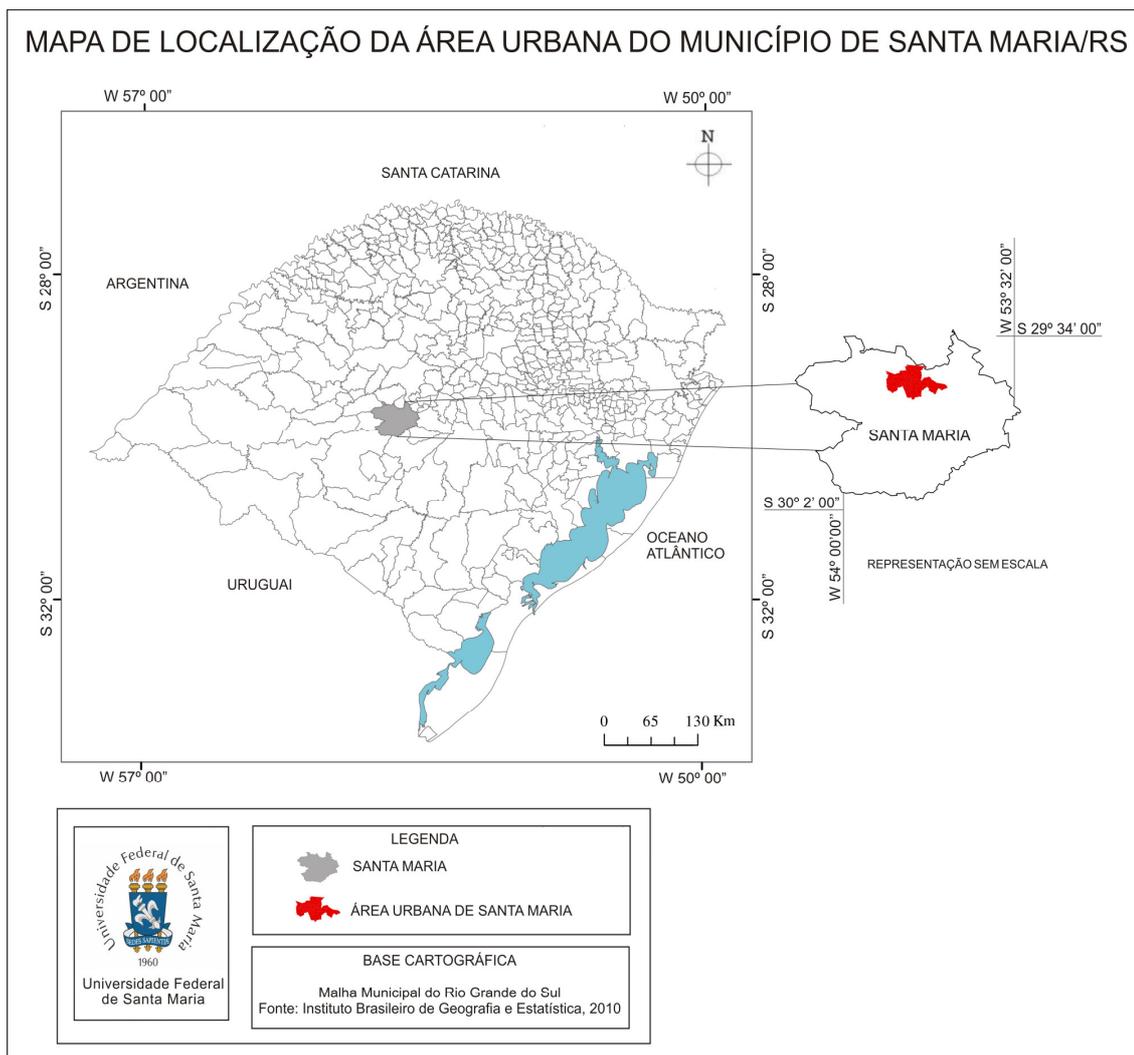


Figura 2 – Mapa de localização da área urbana de Santa Maria/RS.

Org.: FREITAS, N. M. C. de; DAMBROS, G., 2012.

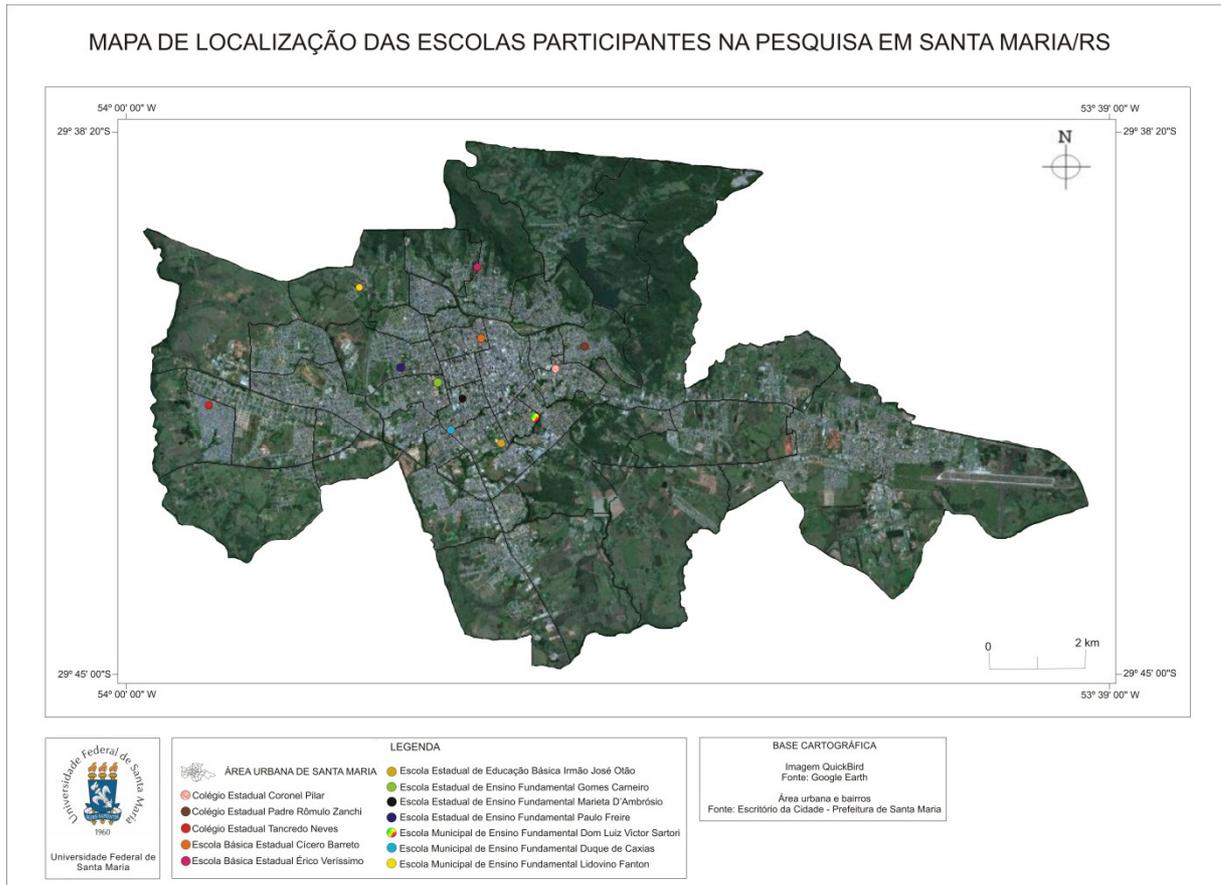


Figura 3 – Mapa de localização das escolas participantes da pesquisa em Santa Maria/RS.

Org.: FREITAS, N. M. C. de; DAMBROS, G., 2012.

Na terceira etapa, procedeu-se à entrega dos Instrumentos de Pesquisa visando a coletar os dados necessários para a análise. Os dados foram coletados através de um questionário aplicado entre os gestores das escolas públicas selecionadas (ANEXO 1).

Foram definidos como sujeitos da pesquisa os gestores escolares (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e supervisor pedagógico) das escolas públicas selecionadas. Não se teve a finalidade de identificar a função que cada gestor desempenha, atualmente, na escola. Em outras palavras, os questionários não foram identificados separadamente para diretor, vice-diretor, coordenador e/ou supervisor pedagógico. Na ausência de algum desses na escola, com funções específicas na EJA, optou-se pelo vice-diretor, supervisor e/ou coordenador geral de turno.

Entende-se que o questionário permite uma maior especificidade tanto na coleta como na análise dos dados, os quais se pretende reunir, também se ressalta a agilidade, praticidade e facilidade ao colaborador. Conforme André (1986) “o trabalho de pesquisa que se faz atualmente aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados”. No entanto, a mesma autora deixa claro que dependendo das “informações que se quer obter, e os informantes que se quer contatar, em geral professores, diretores, orientadores (...)” é mais conveniente utilizar-se “um instrumento mais flexível”.

Assim, a construção do questionário foi realizada com a finalidade de “traduzir” os objetivos da pesquisa com perguntas claras e objetivas, utilizando a técnica de questões de múltipla escolha fechadas. Essa escolha foi feita porque permite uma fácil tabulação e possibilita uma maior abrangência do assunto a ser explorado.

De acordo com a amostragem selecionada, foram distribuídos 37 questionários em 12 escolas, totalizando uma média de três questionários por escola³. Os questionários entregues pela pesquisadora foram todos envelopados, entregues em mãos, mediante contato feito anteriormente por telefone. Alguns questionários foram entregues em mãos por intermédio de colegas que atuam nas escolas participantes da amostragem.

Quanto à característica, o questionário foi composto por nove (09) questões, sendo cinco (05) questões objetivas e quatro (04) questões subjetivas, direcionadas ao gestor escolar. As questões foram pensadas visando a responder ao objetivo principal, proposta desta pesquisa, distribuídas de modo a obedecer três categorias pré-determinadas envolvendo os conhecimentos dos gestores escolares e as ações desenvolvidas nas escolas públicas sobre Educação Patrimonial.

A primeira categoria buscou respostas ao que os “gestores conhecem sobre PC” e está explícita nas questões de nº 01 a 03. A segunda categoria ensejou respostas ao que os “gestores pensam sobre EP” e está expressa nas questões de nº 06, 08 e 09. Ao mesmo tempo, no sentido de complementar essas duas categorias, procurou-se, com a terceira categoria, investigar as “ações

³O número de questionários entregues em cada escola foi de acordo com o atual quadro de recursos humanos que atuam como gestores escolares.

desenvolvidas pelas escolas sobre EP” e que está explícito, respectivamente, nas questões de nº 04, 05 e 07.

Conforme Goldenberg (2004, p. 92) “após realizar as entrevistas ou aplicar os questionários no grupo escolhido, chegou o momento de organizar os dados recolhidos e começar a analisar todo o material”. Dessa forma, passou-se para a fase final da pesquisa que é a análise dos resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Goldenberg (2004, p. 93), “a capacidade de articular teoria e dados empíricos é uma das maiores riquezas do cientista. (...) quanto mais bem-formado e informado for o pesquisador, maior a riqueza de suas análises”.

3.1 Análise dos dados

Para a análise dos dados apresentados a seguir, a pesquisadora organizou os questionários recebidos, conforme algumas especificidades. Cada gestor participante recebeu um número em ordem crescente e cada escola participante recebeu uma identificação quanto à rede de ensino que está vinculada (estadual ou municipal).

No sentido de facilitar a identificação necessária quanto ao número de gestores e escolas que retornaram os questionários da pesquisa, adotou-se, como critério, três abreviaturas. Para os gestores, adotou-se a abreviatura “G”, seguido de um número em ordem crescente conforme o recebimento do questionário. Para as Escolas Estaduais, optou-se pela abreviatura “EE” e, para as Escolas Municipais, adotou-se a abreviatura “EM”. Desse modo, as respostas dos questionários foram agrupadas de acordo com as Categorias I e II adotadas no momento da elaboração das questões.

Os sujeitos que participaram da amostra final totalizaram trinta e um (31)⁴ gestores escolares, integrantes de doze (12) escolas participantes da pesquisa. Dos questionários que retornaram, apenas um (01) questionário retornou em branco, e seis (06) não retornaram. No entanto, é importante enfatizar que foram analisados os 25 questionários entregues em tempo hábil para a realização desta pesquisa. Quanto às instituições escolares escolhidas para a amostragem, é importante mencionar que todas as escolas participaram da pesquisa, apesar de algumas terem retornado parcialmente o número de questionários enviados.

⁴Importante enfatizar que foram analisados os 25 questionários entregues em tempo hábil para a realização desta pesquisa.

Em resposta a Categoria I adotada no sentido de investigar o que os gestores conhecem sobre Patrimônio Cultural, procurou-se, na questão nº 01, que os gestores escolares atribuíssem, em uma escala conceitual, o "seu" conhecimento sobre Patrimônio Cultural. Nesse sentido, conforme o quadro 6 (seis), pode-se concluir que a maioria dos gestores escolares classifica o "seu" conhecimento entre "bom" e "pouco". No entanto, essa avaliação não define por si a realidade que se pretendeu compreender.

Conceito	Escola Estadual	Escola Municipal
Muito bom	1	2
Bom	7	2
Pouco	6	3
Nenhum	2	0
Não respondeu	0	1

Quadro 6 – Escala de conhecimento dos gestores sobre PC

Fonte⁵ e Organização dos dados

Para isso, e seguindo-se os parâmetros da Categoria I adotada, procurou-se, com a questão nº 02, que os gestores dessem uma definição para "Patrimônio Cultural", o que possibilitou complementar a avaliação da primeira questão e proporcionou uma melhor compreensão da escala do conhecimento dos gestores sobre o tema.

Nesse sentido, conforme a análise, todos os gestores conseguiram definir Patrimônio Cultural, o que mostrou que a maioria dos gestores conhece previamente o tema. Apesar de muitas ideias aproximarem-se, elas não definem claramente o tema. No entanto, compactuando-se com a resposta da questão nº 01, pode-se considerar o nível de conhecimento entre "bom e pouco".

Uma definição de Patrimônio Cultural, para Soares (2005, p. 8), "é o conjunto de bens de ordem material e imaterial que fazem parte da identidade e da memória dos diferentes grupos sociais que formam a sociedade nacional." Em consonância com a autora citada, a seguir, apresentam-se algumas definições de Patrimônio Cultural dada pelos gestores escolares e que se aproximam em grande parte da

⁵A fonte de dados utilizada para os quadros 6, 7, 8, 9 e 10 foi o questionário da pesquisa realizada, organizados pela pesquisadora.

definição utilizada por Soares (2005)

*Patrimônio cultural inclui tradições, costumes e **práticas sociais** referentes à **identidade e memória de um povo**. Na qual o patrimônio histórico, composto pelos fatos, documentos, edificações, projetos de arquitetura, sítios arqueológicos também estão inseridos (G5-EE)*

*É o conjunto de todos os bens herdados que devem ser repassados às novas gerações, pelo seu **valor material**: arquitetura, pintura, escultura, artesanato..., e **imaterial**: conhecimento, música, linguagem, que identificam os fatos e atos de todos os tempos sob forma documental (G10-EM)*

*São bens **materiais e imateriais** que relatam a história de **um povo, relacionados ao ambiente**. É o legado que herdamos do pouco que é transmitido às próximas gerações. Costumes, comidas típicas, religiões, danças... (G14-EM)*

*É o conjunto de todos os bens **materiais ou imateriais** que pelo seu valor é considerado relevante para a **cultura de um povo** (G23-EE)*

*(...) formação da **identidade cultural** de um determinado grupo (...) (G26-EE)*

*Patrimônio cultural (...) é a soma dos **bens culturais de um povo** (...). É a **memória social** de um povo (...) (G4-EE)*

*É a **memória de um povo** onde podemos englobar **bens materiais e não materiais** (G6-EE)*

*São todas as **manifestações culturais de um povo**, principalmente as de aspectos arqueológicos, científicos, históricos... (G8-EE)*

*Conjunto de bens que resgata a **memória, identidade**, riquezas que contam a **história dos povos** através de seus costumes, tradição, valorização da cultura local, regional (...) (G22-EE)*

Patrimônio cultural são os bens de valor que passam de geração em

*geração, **identificando uma comunidade**. Ex.: Prédios históricos, museus, música, literatura, praças, áreas verdes. Podemos também considerar aquilo que **conserva a memória** (...) de uma nação (G1-EM).*

Nesse sentido, e com o propósito de conjugar Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial, a questão nº 03 propôs aos gestores estabelecer uma relação entre PC e EP. A análise dessa questão possibilitou à pesquisadora uma visão mais ampla do que os gestores percebem sobre a temática proposta. A maioria dos gestores conseguiu relacionar muito bem o tema, no sentido de conhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural que nos foi legado, mostrando acreditar em um trabalho centrado na Educação. Além disso, observou-se também uma preocupação pontual dos gestores com o patrimônio público, no sentido de cuidar e preservar, o que, de certa maneira, já vem sendo enfatizado desde as respostas da questão anterior (nº 02), e que estão descritas a seguir:

Patrimônio cultural é a herança e educação patrimonial é a preservação dessa herança (G12-EM)

(...) Patrimônio Cultural se refere mais aos bens herdados ao passo que a Educação Patrimonial é um processo permanente de educação e formação. E tem como objetivo levar às crianças e adultos o conhecimento e valorização de sua herança cultural (G14-EM)

Educação Patrimonial para ensinar a respeitar, preservar, etc. o patrimônio cultural (G15-EM)

O Patrimônio Cultural deverá ser tema relevante nas Instituições de ensino, no sentido de transmitir ao educando a importância do patrimônio Cultural que nos foi deixado (G17-EM)

A Educação Patrimonial é necessária para que o Patrimônio Cultural de um povo não se perca (G25-EE)

(...) a educação deve ser entendida como protagonista na preservação do patrimônio cultural (G26-EE)

É um recurso que auxilia no processo de aprendizagem, pois o patrimônio

cultural potencializa conhecimentos, o qual desperta responsabilidade de conservação e preservação do patrimônio cultura (G22-EE)

É o patrimônio e a conscientização dele. Fazem parte da nossa vida (G23-EE)

Conforme o exposto, constatou-se que a maioria das respostas parece envolver os diferentes patrimônios na sua diversidade de formas e origens através dos diferentes povos, porém se evidencia um distanciamento dos diferentes atores sociais que se somam como participantes e construtores desse patrimônio cultural.

Por outro lado, nas descrições, que seguem, observa-se um conhecimento ampliado nesse aspecto, pois os gestores incluem, nas suas descrições, a visão de transformação da realidade, de apropriação, habilidade de interagir, significados, relações entre as pessoas e projetos, complementando as definições citadas anteriormente.

*A relação que se estabelece entre patrimônio cultural e educação patrimonial estão em conscientizar e valorizar através do conhecimento, o que o patrimônio cultural preserva e reconhece como bem de valor permitindo a **apropriação das gerações** e possibilitando novos conhecimentos, num processo contínuo de integração de culturas (G1-EM)*

*A educação patrimonial e cultural – as pessoas se reúnem para socializar conhecimentos. Investigar e **transformar a realidade**. Ambos guardam a memória, a criatividade de povos e a riqueza das culturas (G4-EE)*

*Educação é conhecer, preservar a consciência social e **habilidade de interagir** a partir do velho construir uma nova realidade digna de ser registrada (G10-EM)*

*Educação Patrimonial é o estudo dos bens de um povo. Onde ficam registros, **significados**, etc. O patrimônio e a educação estão atrelados (G6-EE)*

*A humanidade tem o dever moral e ético de preservar o patrimônio cultural, nesse sentido a Educação Patrimonial é importante através do planejamento de atividades, **projetos** que valorize o patrimônio cultural mundial (G7-EE)*

É a **relação das pessoas** com suas heranças culturais, percebendo a responsabilidade de cada indivíduo em valorizar e preservar o Patrimônio (G8-EE).

Para complementar esses conceitos, importante enfatizar o que Horta (1999) evidencia sobre a importância da Educação Patrimonial na promoção para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre o Patrimônio Cultural. Assim, para Horta *et al* (1999):

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de **preservação sustentável** desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos **de identidade e cidadania** (HORTA *et al*, 1999, p.6). (grifos das autoras)

Dando continuidade às análises e buscando responder a Categoria II adotada, quanto ao que os "gestores pensam sobre EP", procurou-se, na questão nº 06, uma atribuição de valor quanto à importância da EP na EJA, o que será mostrado conforme os dados reunidos no quadro 7 (sete).

Conceito	Escola Estadual	Escola Municipal
Relevante	5	2
Interessante	8	4
Necessário	5	0
Desnecessário	0	0

Quadro 7 – Importância atribuída a EP na EJA

Fonte⁵ e Organização dos dados

A análise dessa questão mostrou que a maioria dos gestores atribuiu como "interessante e relevante" a importância da EP nas escolas de EJA. Com isso, pode-se perceber que os gestores entendem a importância do tema na EJA. Nesse sentido, ao investigar e conhecer a realidade onde vivem, os educandos poderão socializar os conhecimentos com o propósito de preservar para as próximas gerações os feitos do seu tempo, atribuindo maior valor ao patrimônio.

Na sequência, reunindo dados que possam responder de forma satisfatória a

⁵A fonte de dados utilizada para os quadros 6, 7, 8, 9 e 10 é o questionário da pesquisa realizada e foram organizados pela pesquisadora.

categoria II, procurou-se, com a questão nº 08, uma atribuição de valor sobre o tema EP na Formação Continuada de Professores, o que é possível uma conferência conforme os dados agrupados no quadro 8 (oito).

Conceito	Escola Estadual	Escola Municipal
Relevante	2	2
Interessante	13	4
Necessário	1	2
Desnecessário	0	0

Quadro 8 – Importância atribuída a EP na Formação Continuada de Professores

Fonte⁵ e Organização dos dados

A análise das respostas da questão nº 08 (oito) possibilitou a compreensão de que a maioria dos gestores considerou a EP um tema “interessante” para ser trabalhado na formação continuada dos professores, o que possibilitará aos educadores um maior conhecimento sobre o assunto, capaz de propiciar um trabalho interdisciplinar na escola envolvendo a maioria dos educadores. Ao perceberem-se como parte dessa realidade, eles poderão contribuir de forma colaborativa na busca por novas indagações dando uma contribuição maior aos trabalhos que envolvem o contexto escolar e o patrimônio local.

Para finalizar a categoria II adotada, buscou-se com a questão nº 09 (nove), uma sustentação subjetiva dos participantes com o intuito de levar os gestores a pensarem sobre a importância do tema EP nas escolas de EJA. Desse modo, reuniram-se várias descrições que se assemelhavam, em itens maiores, os quais se disponibilizam a seguir⁶.

*Importante para conscientizar os alunos a **preservação e proteção do patrimônio cultural**, principalmente da nossa cidade, essa prática deve começar com aquilo que está próximo dos nossos alunos (G7-EE); Interessante principalmente para os jovens que não valorizam os bens culturais existentes na comunidade e no município (G24-EE)*

⁵ A fonte de dados utilizada para os quadros 6, 7, 8, 9 e 10 foi o questionário da pesquisa realizada, organizados pela pesquisadora.

⁶ Todos os grifos que aparecem em resposta à questão nº 09, são grifos da pesquisadora, no sentido de elencar palavras relevantes quanto às respostas obtidas dos gestores participantes da pesquisa sobre a importância da EP na EJA.

*Indispensável, pois os **valores, a socialização dos conhecimentos e a criatividade** são fundamentais na EJA (G4-EE); (...) **adolescentes e adultos** necessitam **ampliar a sua compreensão** sobre esse assunto (G2-EE)*

*Promover a **educação que valorize a memória** da humanidade é sempre necessário e faz parte do processo de **humanização de qualquer geração** e o cuidado de **preservar a identidade de cada povo** (G5-EE)*

Indispensável e necessário para dar continuidade a educação de qualidade. Faz-se necessário preservar e contar a história às próximas gerações (G12-EM)

*É uma proposta interessante, mas deverá ser muito refletida e discutida com os professores. Gostaria de sugerir a inserção da temática como tema de **relevância social, interdisciplinar** e, sobretudo fazer parte do Projeto Político Pedagógico para assegurar a legalidade e o comprometimento por parte da comunidade escolar (pais, funcionários, professores e alunos) (G13-EM)*

*Acredito que seja bastante produtivo, porquanto é um **tema pouco explorado nas escolas**, apesar de sua grande importância. Talvez os alunos tenham alguma noção sobre o tema nas aulas de História (G14-EM)*

*É uma forma de promover a vivência **despertando a cidadania** e buscando a valorização e preservação do Patrimônio. As escolas devem participar através de visitas a museus, bibliotecas... (G8-EE)*

*(...) um **projeto de aprendizagem** pode ser uma **metodologia** empregada para despertar o interesse, curiosidade e desenvolver habilidades para pesquisa do tema “Educação Patrimonial” (G22-EE)*

Fazendo uma análise da categoria II, sobre o que os gestores “pensam sobre a EP” (questões de nº 06, 08 e 09), pode-se concluir que a maioria dos gestores escolares considera como “relevante e interessante” o tema EP para trabalhar com a EJA; bem como são praticamente unânimes ao considerar “interessante” o tema sobre EP para ser trabalhado na Formação Continuada de Professores. E ainda

sobre o tema EP nas escolas de EJA, pode-se enfatizar que a maioria dos gestores escolares tem uma boa conscientização sobre a importância e a necessidade de tratar essa questão com educandos e educadores nas escolas de EJA.

Ainda para complementar as categorias I e II adotadas, na categoria III, “sobre o que os gestores fazem”, procurou-se que os gestores relatassem algumas ações desenvolvidas nas escolas sobre EP. Isso foi possível com as questões de nº 04, 05 e 07. Para essa resposta, os gestores precisavam ter conhecimento do PPP da escola onde atuam. Nesse sentido, a pergunta nº 04 procurou investigar qual o conhecimento do gestor sobre a existência de trabalhos realizados na escola sobre EP. Conforme as respostas, treze (13) gestores responderam “sim”, nove (09) gestores afirmaram “não” existir nenhum trabalho desenvolvido na escola sobre EP, e dois (02) gestores responderam que desconhecem a existência de trabalhos sobre EP em suas escolas, conforme descrições a seguir:

Desconheço (...) mas todas as pessoas que trabalham com educação, com comprometimento, em algum grau, desenvolvem a Educação Patrimonial através de exemplos e atitudes (G25-EE); Desconheço (...) se realiza a conscientização dos cuidados com os patrimônios, começando dentro da escola (G19-EE).

Com o intuito de agrupar as respostas daqueles gestores que responderam “não” e daqueles que responderam que “desconhecem” a existência de algum trabalho específico sobre EP em suas escolas, bem como das ações realizadas, conclui-se: os gestores percebem que os “educadores” através do seu “cotidiano” escolar, em suas atitudes e exemplos promovem um trabalho coletivo de valorização do patrimônio.

No entanto, com o propósito de fornecer respostas mais precisas sobre as ações nas escolas, e de acordo com os gestores que responderam “sim” aos trabalhos realizados em suas escolas, os dados coletados foram agrupados conforme as diferentes categorias anunciadas por esses gestores. Assim sendo, os dados foram organizados em três subitens: séries iniciais, disciplinas/sala de aula, e outros, conforme as descrições que se apresentam na sequência.

Séries iniciais:

*Houve algumas ações das **séries iniciais**, através de exposição de trabalhos relacionados ao Patrimônio Cultural de Santa Maria (G7-EE); Sim, já houve com as **séries iniciais** e foi ótimo (G4-EE).*

Disciplina/sala de aula:

*(...) a **disciplina de história** realiza um trabalho sobre os bens históricos materiais. Mas as tradições e costumes poderiam ser trabalhados por todos (...), além disso, o **patrimônio dos alunos na escola** poderia ser trabalhado de outra forma (G5-EE); Sim, na **geografia, história** e também num trabalho **interdisciplinar** este tema está diluído no planejamento do professor: Gincana cultural, maquetes, visita a museus, bibliotecas, passeios (...) (G22-EE); Sim, através das aulas de **História** e aulas de **Ciências** (G16-EM); Na **sala de aula**, quando discutimos a respeito dos cuidados que devemos ter com os locais históricos da nossa cidade (G2-EE); (...) é desenvolvido trabalhos em **sala de aula** com relação ao Patrimônio Cultural, dentro de **cada disciplina** (G17-EM).*

Outros:

*Sim, através da **consciência do 'ser'** que herda um passado, constrói o presente pensando no futuro das próximas gerações. Através do **exercício diário** do cuidado com o **'físico e humano'** (G10-GM); Sim, através de estudos, registros históricos e **conscientização da preservação** (G12-GM); Sim, relacionado com o **respeito e a preservação da cultura** (G15-EM); Sim, através dos **cursos de extensão** com faculdades. Ex.: PIBID, UFSM, em **disciplinas afins** que é incluído no currículo escolar (G21-EE); Existe quando a escola busca conscientizar o aluno da **preservação do 'espaço da escola'**, cuidando da parte material do prédio e com os colegas, **relação do grupo** (G1-GM); Trabalhamos, mas **não usamos esse tema** (G18-EE).*

A análise sobre os dados apresentados possibilitou perceber que os trabalhos realizados nas escolas sobre EP não tem a característica de integrar os diferentes componentes curriculares, bem como não é um trabalho que tenha merecido a atenção e participação da maioria dos educadores, gestores e demais segmentos da escola como um todo. Os gestores reconhecem que indiretamente os educadores trabalham com o tema nas diferentes disciplinas.

No entanto, apesar do cuidado diário evidenciado quanto à preservação dos

bens patrimoniais da escola e a preservação da cultura do homem para as próximas gerações, é preciso que os educadores procurem conhecer e explorar o Patrimônio Cultural nos seus diferentes aspectos. É imperioso que os educadores possam avançar no campo metodológico da EP, no sentido de uma coparticipação dos diversos atores sociais que permeiam o espaço escolar, para que os educandos possam atribuir significados aos espaços de convívio coletivo.

A concretização dessas práticas pedagógicas poderá contribuir para a formação de uma cidadania crítica e emancipatória almejada para a maioria dos cidadãos.

Ademais, com o intuito de complementar o questionamento anterior, a pesquisadora propôs, na questão nº 05, coletar algumas informações na perspectiva de saber quais atores sociais (sujeitos) estavam envolvidos nos trabalhos de EP realizados nas escolas, o que se mostra o quadro que segue.

Sujeitos	Escola Estadual	Escola Municipal
Alunos	2	0
Professores	0	1
Alunos x professores	4	4
Comunidade	2 ^{*1}	1 ^{*1}
Não respondeu	8	2

Quadro 9 – Participantes do trabalho sobre Educação Patrimonial na escola

Fonte⁵ e Organização dos dados

*1 os gestores que marcaram com a “comunidade” também marcaram com “alunos e professores”, porém considerou-se apenas uma alternativa, no caso, com a comunidade.

Ao proceder-se à análise dos dados registrados, concluiu-se que a maioria dos trabalhos foi realizada entre professores e alunos, o que vem ao encontro das descrições conforme os subitens adotados e que ficou explícito nas respostas da questão nº 04. Dando continuidade às análises, três (03) gestores responderam que o trabalho também envolveu a comunidade, permitindo pensar que, de alguma forma, apesar dos poucos gestores que citaram a “comunidade”, existe uma pequena parcela de gestores que percebe a importância da participação da comunidade escolar integrar-se ao trabalho de EP como aprendizagem para além da

⁵ A fonte de dados utilizada para os quadros 6, 7, 8, 9 e 10 foi o questionário da pesquisa realizada, organizados pela pesquisadora.

escola.

Nesse mesmo patamar e para evidenciar o planejamento necessário no âmbito da gestão pública democrática, procurou-se, com a questão 07, identificar se essas ações estão previstas no PPP, pois é o documento que norteia as ações da escola na concretização para a formação que se pretende dar aos diferentes atores sociais que buscam a escola. Assim, procurou-se conhecer se o PPP da escola contempla a EP na EJA, o que demonstra o quadro 10.

Conceito	Escola Estadual	Escola Municipal
Contempla	2	2
Não contempla	9	6
Desconheço	3	0
Outros**	2	0
Não respondeu	0	0

Quadro 10 – Projeto Político Pedagógico e Educação Patrimonial na EJA

Fonte⁵ e Organização dos dados

** 'Outros' foi o conceito utilizado por aqueles gestores que explicaram que o PPP 'contempla' a EP de outra forma, não com este tema especificamente.

De acordo com os dados, pode-se concluir que, na maioria das escolas públicas participantes da pesquisa, o PPP "não contempla" a temática sobre EP. Em contrapartida, uma pequena parcela de gestores anunciou que desconhece o PPP; enquanto outra pequena parcela utilizou o item "outros" para explicar que o PPP "contempla" a EP por meio de outros temas. E apenas três gestores responderam que o PPP "contempla" o tema em análise, o que pode justificar os trabalhos realizados com a comunidade, professores e alunos, conforme destacado no quadro 9 (*¹ da alternativa "comunidade" da questão nº 05).

Concluindo-se as análises da categoria III, sobre as ações desenvolvidas nas escolas sobre Educação Patrimonial, buscou-se mostrar o que os gestores conhecem do PPP, enquanto um projeto coletivo de práticas interdisciplinares, permeando o Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial. Pode-se definir que, na maioria das escolas, essas ações não estão sendo planejadas coletivamente, ou seja, não têm a participação necessária de todos educadores para a concretização

⁵ A fonte de dados utilizada para os quadros 6, 7, 8, 9 e 10 foi o questionário da pesquisa realizada, organizados pela pesquisadora.

das práticas fundamentais na escola, bem como fora dela.

Com todos os dados apurados e analisados e para finalizar as análises desta pesquisa, sem o intuito de encerrar a discussão, pois se entende, aqui, um breve estudo sobre a importância da Educação Patrimonial na educação formal, compreende-se o Patrimônio Cultural como um tema norteador do PPP das escolas, no sentido de integrar o currículo diversificado das escolas públicas, vislumbrando uma formação de valorização do patrimônio cultural local pelos educandos. Nesse sentido, a formação continuada de professores possibilitará aprimorar os conhecimentos para que as escolas públicas possam avançar nas ações e práticas pedagógicas no contexto escolar.

Pode-se concluir de acordo com as grandes categorias apresentadas nesta pesquisa:

- **Categoria I:** sobre "o que os gestores conhecem" percebeu-se o "interesse e a necessidade" de ampliar-se o "conhecimento" sobre o Patrimônio Cultural dos educadores. Nesse aspecto, é importante que possam planejar novas ações visualizando práticas pedagógicas interdisciplinares sobre o tema, integrando os diversos segmentos da escola. Conforme Soares (2008, p. 187), para iniciar um trabalho interdisciplinar, "é preciso encontrar um 'fio condutor' que perpasse as disciplinas, o que é mais fácil do que parece".

- **Categoria II:** sobre "o que os gestores pensam", pontua-se o "interesse e a relevância" demonstrado pelos gestores escolares que participaram da pesquisa, para que a Educação Patrimonial seja tratada nas escolas, tanto com os alunos, como com os educadores, ampliando-se a temática para a formação continuada de professores.

De acordo com Soares (2008, p.7), a "Educação Patrimonial é uma metodologia que busca a valorização dos bens culturais a partir das manifestações materiais (objetos)" e poderá ser desenvolvida em consonância com os "diferentes grupos" que formam a sociedade, o que proporcionará a "formação de identidades" e melhoria da "autoestima", contribuindo para a valorização dos bens culturais".

- **Categoria III:** sobre "o que os gestores fazem, através das ações" de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas, salienta-se a necessidade de

esclarecimentos e reflexões visando a ampliar-se o universo das práticas pedagógicas serem planejadas e realizadas com educadores e educandos na escola, o que possibilitará o (re) conhecimento e valorização do Patrimônio Cultural através da Educação Patrimonial no sentido mais amplo, de atribuição de significados aos bens coletivos.

Pensando a escola como o lugar onde o indivíduo adquire a maior parte de seus conhecimentos e que permeia as diferentes culturas, seja ela na simbologia do educador ou dos educandos e em contato com diferentes atores sociais, pode-se concluir que a escola é a Instituição que funciona como espaço de cultura e memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização desta pesquisa, procurou-se criar uma “relação entre a fundamentação teórica do objeto” a ser pesquisado e o campo empírico de exploração no espaço, onde os dados foram coletados (MINAYO, 2004, p.61-62). Assim sendo, foram utilizados os conceitos de alguns autores que permeiam o campo da educação.

Ao compreender a complexidade que envolve os múltiplos ambientes de produção cultural pelos diferentes atores sociais, restringiram-se os estudos às possibilidades de tratar essa questão no âmbito escolar, a partir de uma gestão que valorize ações democráticas. Para tal, visualiza-se a importância da instituição escolar e dos gestores estarem envolvidos e dispostos a conhecer a variedade cultural integrada ao contexto escolar. Nesse sentido, Bauman (2012, p. 66) concebe que “a característica mais preeminente na vida contemporânea é a *variedade cultural das sociedades*, e não a variedade de culturas numa sociedade (...). pois a fragmentação afetou todos os campos da vida, e a cultura não é exceção.”

Acredita-se que práticas pedagógicas que valorizem o conhecimento e o (re) conhecimento das fontes culturais produzidas no espaço social em evidência constituir-se-ão em uma forma mais fácil de conduzir ações que propiciem aos educandos perceberem-se como atores do processo cultural. Dessa forma, os educadores e gestores envolvidos compactuam novas perspectivas de valor ao patrimônio, como suporte para as novas gerações, com o propósito de agregar significações ao que é “preservar” na memória das pessoas.

No entanto, para uma melhor compreensão do tema, devido à abrangência dessa área de estudo, faz-se necessário aprofundar os fundamentos teóricos dos autores que se dedicam à temática em nível nacional e fora dele, refletindo e aproximando essas práticas de vivência ao ambiente escolar, num processo contínuo de aprendizagem na escola, bem como fora dela.

Ao mesmo tempo, ensejou-se ampliar as reflexões sobre Educação Patrimonial nas escolas que participaram da pesquisa. Nesse sentido, buscou-se despertar para a importância de práticas pedagógicas escolares abrangendo o

conhecimento e a valorização do patrimônio cultural local em seus diferentes aspectos. Também se teve o propósito de despertar novas indagações sobre o tema.

A possibilidade de práticas pedagógicas envolvendo o patrimônio cultural poderá estender-se aos demais educadores e educandos nas diferentes modalidades de ensino da escola, assim como às demais escolas e educadores interessados em desenvolver projetos incluindo a Educação Patrimonial no currículo diversificado das escolas de educação básica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. de. **Educação e o patrimônio cultural: por uma nova atitude**. In: Revista por dentro da história-Revista de Educação Patrimonial. Ano 1, n.1, SEDUC: Contagem, MG, jan. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 6023**. Rio de Janeiro, 2002. 24p. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2012.

BAUMAN, Zigmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. (Tradução de Carlos Alberto Medeiros), Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENITO, Agustín Escolano. “*Más allá del espasmo del presente. La escuela como memoria*”. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 33, 2011.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas Transversais**. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília-DF: MEC/SEF, 1998.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Censo Escolar da Educação Básica: 2011 - resumo técnico**. Ministério da Educação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Brasília, 2012. 40 p. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula#>>Acesso em: 22 de out. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004)**. Coleção educação para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), Edição eletrônica, Brasília: MEC/Unesco, 2007. Disponível em:

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. Maria Cecília de Souza Minayo (Org.) et all. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FEIBER, Silmara Dias. “**O patrimônio histórico como lugar social**”. R. RA'E GA, n.16, p.23-35, jul. 2008.

FERRARI, Aída Lucia. Educação patrimonial. In: **Educação Patrimonial: reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial**. Coleção Lições de Minas, Minas Gerais: SEE-MG, v. 23, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. Caderno Pedagógico EJA 1. Porto Alegre: SE-RS, abr. 2000.

_____. Secretaria de Educação. Disponível em:
<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/busca_escolas.jsp>, Acesso em: 22 de out. de 2012.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação Patrimonial. **Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação**, Ciências e Letras, Porto Alegre, p. 25-36, 2000.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras, GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz; **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, María Angélica. **Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia**. Santa Maria: Pallotti, 1998. 100p.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et all. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PACHECO, J. A. **Estudos curriculares para a compreensão crítica da educação**: Portugal, Porto: Porto, 2005.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, jul. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, Secretaria Municipal de Educação (SMED), disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/smed/100-escolas>>, Acesso em: 22 de out. de 2012.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; MOREIRA, Antonio Flávio. **Currículo: questões de seleção e de organização do conhecimento.** Ideias- FDE (Fundação de Desenvolvimento da Educação), São Paulo, 1995.

SOARES, Fernanda Codevilla. Experiências educativas. In: **Educação patrimonial: perspectivas.** Saul Eduardo Seiguer Milder (Org.) et al. Santa Maria: UFSM-LEPA, 2005.

SOARES, André Luis Ramos (Org.) et al. **Educação Patrimonial: Teoria e Prática.** Santa Maria: UFSM, 2008.

SOUZA, Angelo Ricardo de (Org.) et al. **Gestão democrática da escola pública.** Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública. Caderno 1, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: UFPR, 2005. p.16-22. 68p. Disponível em: <http://www.cinfop.ufpr.br/pdf/colecao_1/caderno_1.pdf> Acesso em: 20 out. 2012.

TAYLOR, S.J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados.** 1. ed. Tradução de Jorge Piatigorsky. Barcelona, Paidós, 1987. 343p. p.19-21. Original em inglês.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses (MDT).** Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Biblioteca Central, 8. ed., Santa Maria: UFSM, 2012. 72 p.

VALECILLO, Zaida García. *Conexiones entre educación patrimonial y gestión del patrimonio cultural venezolano: tres casos de estudio.* **Educere: Revista Venezolana de Educación**, v. 46, p. 785-793, 2009.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. **Revista CPC**, São Paulo, n. 13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012.

VEIGA, I. P. A. (Org.) et all. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 23 ed., Campinas: Papirus, 2001.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **La memoria escolar: restos y huellas, recuerdos y olvidos.** *Annali di Storia dell'Educazione e delle Istituzioni Scholastiche.* v. 12, p. 19-33, 2005.

_____. *Memoria, Patrimonio Y Educación.* **Revista História da Educação**, v. 15, n. 33, p. 31, 2011.

_____. *La historia material e inmaterial de la escuela: memoria, patrimonio y educación = the material and immaterial history of the school: memory, heritage and education.* **Revista História da Educação**, v. 35, n. 1, p. 7-17, jan./abr. 2012.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Instrumento de Pesquisa

Este questionário faz parte de uma pesquisa desenvolvida pela estudante Neida Maria Camponogara de Freitas, sob orientação da professora Josiane Pozzatti Dal-Forno, no âmbito da Especialização em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. Sua participação como voluntário(a) não requer identificação. Estando de acordo responda aos questionamentos abaixo.

OBS: nas questões de múltipla escolha marque uma alternativa com X.

A sua contribuição é muito importante!

QUESTIONÁRIO AO GESTOR ESCOLAR

1- Como você define seu conhecimento sobre Patrimônio Cultural?

Muito Bom() Bom() Pouco() Nenhum()

2- De acordo com seus conhecimentos, como você definiria Patrimônio Cultural.

3- Que relações você estabelece entre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial?

4- Na sua escola houve/há algum trabalho desenvolvido sobre Educação Patrimonial? Qual?

Com quem o referido trabalho sobre Educação Patrimonial foi/está sendo desenvolvido?

Com alunos() Com professores() Com alunos e professores() Com a comunidade()

5- Que importância você atribui ao tema “Educação Patrimonial” para trabalhar com a EJA?

Relevante() Interessante() Necessário() Desnecessário()

6- O Projeto Político Pedagógico da sua escola contempla a temática sobre Educação Patrimonial na EJA?

Contempla() Não Contempla() Desconheço() Outros:

7- Você considera a “Educação Patrimonial” como um tema para a “Formação Continuada de Professores” da sua escola:

Relevante() Interessante() Necessário() Desnecessário()

8- O que você acha sobre o tema “Educação Patrimonial” nas escolas de EJA?
